

Ativo Imobilizado, Classificação e Contabilização Conforme o Manual de Contabilidade da ANEEL *Estudo de Caso na Cetril*

*Rafaela da Silva Machado de Queiroz*¹

*Verci Douglas Garcia Goulart*²

Resumo

O artigo trata da contabilização do Ativo Imobilizado no setor elétrico, de acordo com a Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009 em que aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, cuja pesquisa foi efetuada na empresa Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região – CETRIL bem como a análise da correta contabilização desses ativos. No decorrer do trabalho foi feito uma pesquisa exploratória, através de documentos e registros no sistema informatizado da empresa verificando e analisando a sua correta parametrização no sistema de acordo com as normas, resoluções e o MCPSE. Na pesquisa verificou-se que a contabilização dos bens do Ativo Imobilizado é registrada pelo custo médio de estoque aonde são incluídos outros custos como mão de obra, fretes, serviços de terceiros, etc. e o seu controle e individualização é feita através da Unidade de Cadastro - UC e Unidade Adição e Retirada – UAR, podemos concluir também que é imprescindível a correta classificação e contabilização desses ativos, caso contrário isso acarretará de forma direta em prejuízos financeiros para empresa já que esse ativo que é considerado como reversível (rede elétrica) é um dos itens que servirá de base para o cálculo da remuneração na tarifa quando da passagem pelo processo da revisão tarifária da empresa.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado da rede, tipos de cadastro, controle dos ativos e processo de contabilização.

INTRODUÇÃO

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Graduado em Administração de Empresas – FKB; Graduado em Ciência Contábeis – UNIGRAN; Pós-Graduado em Economia de Empresas – Mackenzie; MBA em Gestão Empresarial - FGV e Mestre em Engenharia de Produção – UNIMEP. Professor do ensino superior da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque e da Associação Educacional Uninove, das disciplinas de contábeis e finanças para os cursos de Gestão Empresarial, Ciências Contábeis e Administração. É Gerente Administrativo e Financeiro em empresa da Construção Civil e Sócio Diretor da DGCont Assessoria Contábil e Empresarial. Ao logo dos 34 anos de experiência profissional, desenvolveu conhecimentos práticos e teóricos na área de Administração e Controladoria, com ênfase em Gestão Empresarial, Economia de Empresas, Administração da Produção e Logística.

O artigo trata da contabilidade no setor elétrico, tendo como foco o ativo imobilizado. A escolha do tema ocorreu para tentar esclarecer as diferenças entre a contabilidade tradicional (comércio e indústria), que utiliza a contabilidade societária e a contabilidade do setor elétrico, que utiliza contabilidade Regulatória, que visa atender o Órgão Regulador ANEEL. Através dessa apresentação procurou-se de forma simples, objetiva e prática identificar, esclarecer e demonstrar como é o controle contábil do Ativo Imobilizado da aquisição à sua eventual baixa para o estoque de sucata ou alienação. Verificado um fato real na empresa Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região (Cetril).

A escolha desse tema é devido ao fato da pouca divulgação, estudo, especialização e também de profissionais que tenham conhecimento nessa área, além de ser muito interessante e pouco estudado. Com essa pesquisa espera contribuir com outros contadores e profissionais da área e também poder colaborar e ajudar a empresa onde trabalho.

Esta pesquisa poderá tirar dúvidas de profissionais da área contábil ajudando a realizar de forma eficiente a contabilidade desse setor e também ajudará a passar novos conhecimentos aos leitores que se interessem pela área contábil no setor elétrico.

Sendo assim, este trabalho procurará responder: como são classificados e contabilizados os ativos imobilizados no setor elétrico? Tendo como objetivo analisar e demonstrar como a empresa contabiliza seu imobilizado verificando a sua correta classificação de acordo com o MCPSE e demais normas e instruções.

Foi desenvolvida uma pesquisa exploratória buscando ampliar o conhecimento e criar mais familiaridade com o tema, assim, de acordo com a abrangência, será feita uma pesquisa qualitativa e por fim, de acordo com o método, uma pesquisa bibliográfica através de coleta de dados em livros, artigos e *internet* bem como uma pesquisa documental através de coletas de dados internos da empresa. (GIL, 2010)

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 ATIVO IMOBILIZADO

Segundo Iudícibus et. al (B, 2010) Ativo Imobilizado é o ativo que se compõe de bens destinados ao uso das atividades da empresa, principalmente propriedade industrial ou comercial, incluindo elementos pertencentes à empresa.

Para Iudícibus et. al (2010 B, p. 222) a definição da Lei nº 6.404/76 sobre Ativo Imobilizado afirma que não precisa necessariamente pertencer à empresa pelo ponto de vista jurídico para ser reconhecido.

Uma entidade que exerça controle sobre determinado Ativo Imobilizado e que também usufrua dos benefícios e assuma os riscos proporcionados por ele em suas operações, deverá reconhecê-lo em seu balanço mesmo não detendo sua propriedade jurídica. (Iudícibus et. al 2010 B, p. 222)

Conforme o Iudícibu é classificado os seguintes itens no Ativo Imobilizado: terreno, obras civis, máquinas, móveis, veículos, etc. Há elementos do Ativo Imobilizado que podem ser classificados como tangíveis que são elementos que têm corpo físico, como edifício ou máquina, e outros que podem se classificados como intangíveis como patentes ou direitos autorais, onde o valor reside nos direitos da propriedade.

1.1.1 ATIVOS IMOBILIZADOS NO SETOR ELÉTRICO.

Segundo a ANEEL (2009, B) o ativo imobilizado no setor elétrico deve obedecer ao controle do Ativo imobilizado sendo obrigatório por concessionárias, permissionárias.

Os bens e instalações em função do serviço outorgado serão cadastrados por contrato de concessão, Ordem de Imobilizado – ODI, tipo de instalação, centro modular, tipo de UC (Família) UC, UAR, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) do Ativo Imobilizado em Curso – AIC para Ativo Imobilizado em Serviço – AIS. (ANEEL – B, 2009 p. 9)

Conforme a ANEEL – B (2009) o controle Patrimonial deverá seguir as instruções do Manual Patrimonial. As premissas de controle são as seguintes: o Sistema de Ordem em Cursos representa um processo de registro, onde ocorre o acompanhamento e controle de custos contábeis, sendo um instrumento legal aonde aprova todas as atividades relacionadas com acréscimos e retiradas do imobilizado, para serviços próprios, transformação e reparos de materiais. As ordens em cursos que alimentam o controle patrimonial são:

Ordem de Imobilizado – ODI que é um registro onde é feito o acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração do custo. Em caso de ampliação ou reforma, deve-se utilizar a ODI já existente. Nessa ordem deve ter no mínimo uma Unidade de Adição e Retirada (UAR).

Ordem de Desativação – ODD que são processos de registro onde ocorre o acompanhamento e controle de valores. É através dessa ODD que é feita a apuração do custo referente à retirada (Baixa) do Bem. Cada ODD tem que estar vinculada à ODI existente.

1.1.2 Tipos de cadastramento conforme a Resolução nº 367 da ANEEL para o controle patrimonial.

O ativo Imobilizado no setor elétrico deve ser cadastrado de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e a Resolução nº 367 em que aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, sendo cadastrado da seguinte forma.

Tipo de Unidade de Cadastro - Tipo UC controle patrimonial que se entende como um conjunto (família) de bens com função idêntica ou semelhante.

Unidade de Cadastro - UC controle patrimonial a onde se registra individualmente no cadastro da propriedade.

Unidade de Adição e Retirada - UAR entende-se como a parcela ou o todo de uma UC que adicionada, retirada ou substituída sendo refletido nos registros do "Ativo Imobilizado" e "Intangível".

Componente Menor - COM representa uma parcela de uma Unidade de Adição e Retirada, Ocorre em conjunto, e deve integrar o custo junto à UAR.

1.1.3 Controles dos Ativos

Os Ativos são cadastrados por Unidade de Cadastro - UC, aonde pode ser cadastrado de duas formas:

Individual - Refere a um equipamento ou conjunto de equipamentos, aonde possuem valores específicos, tanto na aplicação, quanto na sua baixa. Para esse cadastro deve ter os seguintes dados:

Código do tipo da UC

Título do tipo da UC

Especificação da UC

Classificação contábil (conta/ODI)

Valor expresso em padrão referenciado por data de imobilizado

Especificações e datas de desativações

Local de instalação

Lista das UAR's contidas na UC

Massas - Refere a conjuntos de equipamentos com a mesma característica, sendo agrupados por data de imobilização e a sua baixa se dá por valor médio do ano. Para esse tipo de cadastro deve ter os seguintes dados:

Código do tipo da UC

Título do tipo da UC

Especificação da UC

Classificação contábil (conta/ODI)

Preço médio em padrão referenciado

Valor de cada adição e de cada baixa em padrão referenciado

Unidade de medida

Quantidade

Especificações e datas de imobilizações e desativa

1.1.4 São ativos imobilizados da rede

Neste trabalho vamos focar nos ativos Imobilizados da rede elétrica, conforme relacionado:

Banco de Capacitores Paralelos - são cadastrados com UC os bancos de capacitores inseridos em paralelo em subestações e linhas e redes de distribuição. Sendo cadastrado individualmente.

Chave - Cadastrado como UC deste tipo as chaves fusíveis de classe de tensão igual a 34,5Kv, chaves e seccionalizadores de classe de tensão igual ou superior a 15kv. Para chaves ou seccionalizadores de classe de tensão inferior a 34,5 Kv, o cadastro é individual, para chaves inferiores a 34,5 kV o cadastro é em massa.

Condutor - Cadastrado com UC, condutores nus e isolados. Sendo cadastrado em massa o conjunto de mesmo material, mesmo tipo de isoladores, mesma bitola e mesmo nº de fase. Tendo unidade de medida: Kg para condutor nu e metro para condutor isolado.

Estrutura (Poste) - Cadastro em UC o conjunto de todos os postes de mesmo tipo, mesmo matéria. Cadastro em massa, unidade de medida unitária.

Regulador de Tensão - Cadastro em UC cada regulador de tensão, indicando classe de tensão, potencia, corrente nominal e nº de fases, sendo cadastro individual.

Religador - Cadastrado como UC os tipo de religadores das subestações, linhas e redes de distribuição. Cadastro individual, indicar classe de tensão, corrente nominal, nº de fases, tipo de controle e capacidade de interrupção.

Transformador de Distribuição - cadastrado como UC os transformadores de linhas e redes de distribuição. É cadastrado o conjunto de todos os transformadores de mesmo tipo, sendo o seu cadastro em massa.

1.1.5 Imobilizado

Conforme a ANEEL – A (2010) a Reserva Imobilizada o bem, ou conjunto de bens, embora não estando em serviço, tem que estar à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. A contabilização obedece a todos os preceitos do Ativo Imobilizado em Serviço, até o que se refere à reintegração e à depreciação.

Os Ativos em Cursos constitui em um capital próprio podendo ser remuneradas.

A publicação deste procedimento nas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deverá observar o limite da taxa de remuneração do custo médio ponderado de capital e prazos de construção estabelecidos na norma regulatória de Revisão Tarifária. (ANEEL – B, 2010 p. 48)

1.1.7 Reintegração Acumulada (depreciação)

Segundo Iudícibus e José Carlos Marion (2010 C, p 196) os Ativos Imobilizados tem vida útil limitada, sendo úteis à empresa, referente a um conjunto de períodos finitos, sendo chamado Período Contábil. Assim que os períodos forem decorrendo, gera-se o desgaste dos bens, representando o custo a serem registrados, estes destacados como despesas contábeis quando esse ativo é utilizado pela empresa.

O processo contábil para essa conversão gradativa do Ativo Imobilizado em Despesa chama-se Depreciação. A depreciação é uma despesa, porque todos os bens e serviços consumidos por uma empresa são Despesas. (Iudícibus e José Carlos Marion, 2010 C, p 196)

Conforme a ANEEL – A (2010), imobilizado tangíveis será reintegrado por meio de quota de depreciação, já os intangíveis e as despesas registradas no Ativo Diferido por intermédio de quota de amortização.

2. Metodologia

Neste artigo foi utilizada uma pesquisa exploratória e qualitativa onde se busca uma visão geral sobre o tema estudado e o levantamento de problemas para uma classificação mais precisa.

Segundo Andrade (2002) identifica a pesquisa exploratória com finalidades como: proporcionar maiores informações sobre o assunto, delimitar o tema e descobrir um novo enfoque do assunto.

Foi utilizada para aprimoramento a pesquisa documental e bibliográfica, onde a documental baseia seus estudos em analisar os dados, documentos e registro da empresa estudada de acordo com os objetivos da pesquisa.

E a pesquisa bibliográfica, onde abrange toda a matéria já estudada em livros, jornais, revistas, teses e *internet*, para o melhor entendimento sobre o assunto estudado.

3. Estudo de Caso

3.1 Breve Historia da Cetril Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região

A Cetril – Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região –foi constituída em dezembro de 1965, com o objetivo principal e único de adquirir energia elétrica em alta tensão transformando-a e redistribuindo em baixa tensão para uso domiciliar, comercial e industrial, exclusivamente para cooperados. Tendo no início aproximadamente 220 cooperados/consumidores, hoje conta com mais de 20,5 mil cooperados/consumidores e uma extensão de 2.072 km de rede elétrica e 3.107 transformadores aproximadamente, sempre procurando, da melhor forma possível, o desenvolvimento do município fornecendo a seus cooperados/consumidores energia elétrica com eficiência e qualidade.

Em 12 de junho de 2008 a Cetril assina com o órgão regulador de energia elétrica ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica o contrato de permissão passando a partir de então a ser uma empresa permissionária de energia elétrica, conforme o Contrato de

3.2 Pesquisa

A pesquisa foi elaborada de acordo com os dados fornecidos pelos funcionários da CETRIL. Nessa pesquisa buscou-se verificar se os ativos imobilizados estão sendo cadastrado e contabilizado conforme o MCPSE da ANEEL.

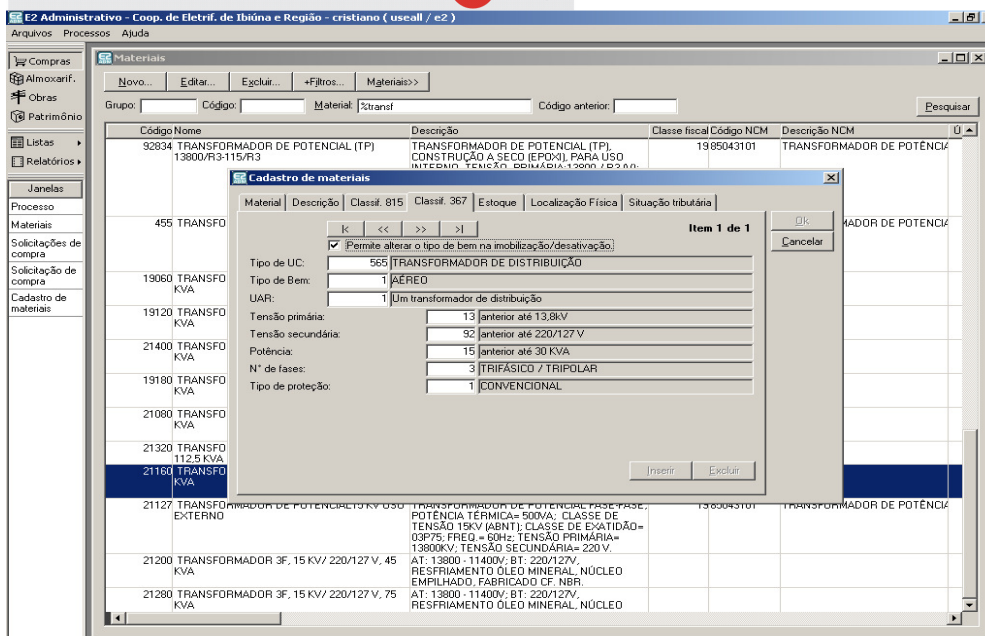
Foram analisados os processos do ativo imobilizado desde a sua compra até a sua imobilização e essa análise foi feita através do sistema e documentação da empresa, tendo um foco nos ativo imobilizado da rede, tais como postes, condutores, transformadores, etc.

3.2.1 Processos de cadastro do ativo imobilizado.

Conforme o manual contábil do setor elétrico, as compras, as imobilizações, as despesas e as alienações, deverão ser acompanhadas por meio das Ordens em Curso aonde os seus valores são apropriados diretamente nas contas patrimoniais.

A Cetril segue um fluxograma de tarefas iniciando-se pela aquisição de bens, cujo processo se dá pela abertura do pedido de compra aonde são necessárias três cotações e a compra será efetuada somente após a aprovação pelo responsável, o passo seguinte é a abertura da Ordem de Compra - ODC que representa o processo de registro e acompanhamento dos bens, o próximo passo o material é cadastrado no almoxarifado através da Nota Fiscal de Entrada da compra, cadastrado por UAR e UC, Individual ou em massa, e registrado no Almoxarifado pelo custo médio, conforme a figura 1:

Figura 1. Características do registro do bem conforme MCPSE - Sistema E2 ADM



Fonte: Sistema E2ADM - CETRIL

Sendo nesse primeiro instante os seguintes lançamentos contábeis, que estão parametrizados no sistema da empresa da seguinte forma:

1º passo compra

D- 132.03.1.9.95 - Compra em andamento

C- 211.01.3 - Fornecedor

2º passo pagamento

D- 211.01.3 - Fornecedor

C- 111.01.2 – Banco

3º passo Almoarifado

D- 132.03.1.9.94 - Material em Deposito (obra)

C- 132.03.1.9.95 - Compra em Andamento

Quando a ordem de compra é liberada, é gerada a Ordem de Imobilização - ODI é feito a requisição de retirada dos materiais do almoxarifado e pelo próprio almoxarifado é feita a entrega e ambas são assinadas pelo requisitante e almoxarife, serão lançados também nessa ODI os custos de transporte, mão de obra juntamente com o próprio material, caso o material requisitado não seja utilizado na sua totalidade é feita a sua devolução aonde é gerada o processo de devolução da requisição em questão e dado a entrada dos itens devolvidos no almoxarifado. Efetuado todo o processo apuram-se todos os custos aonde a ODI é encerrada, passando todos os valores referentes a essa ODI do Ativo Imobilizado em Curso para Ativo Imobilizado em Serviço - AIS iniciando-se a sua depreciação somente após o fechamento da ODI e a posterior transferência entre as contas.

Lançamentos

4º passo ODI

D- 132.03.1.9.05 - Maquinas e Equipamentos (em curso)

C- 132.03.1.9.94 - Material em deposito

5º Passo Fechamento da ODI

D- 132.03.1.1.05 - Em Serviço

C- 132.03.1.5.05- (-) Reintegração Acumulada (Depreciação)

C- 132.03.1.9.05- Maquinas e Equipamento (em curso)

Na desativação de Bens (baixa) é aberto uma Ordem de Desativação - ODD, baixa ocorre sempre sobre os bens mais antigos (aquisição), aonde o material retirado da rede a ser devolvido é analisado pelo Engenheiro ou responsável técnico que dará o destino correto através da emissão do Laudo de Desativação, cujas destinações poderão ser as seguintes: material para reparo no caso de reforma ou conserto; material para o estoque de Almoxarifado de Sucata caso o material não possa ser reaproveitado sendo que nesse caso poderá posteriormente ser colocado para venda e por último para o estoque de Material em Depósito no caso da possibilidade de reaproveitamento do material e sua saída se dará pelo novo valor

Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 5 – nº 1 - 2014

do custo médio aonde contará a partir do momento do seu reaproveitamento (imobilização) com uma nova depreciação. Após essa definição da destinação dos materiais a ODD é encerrada e efetuada a sua baixa.

Lançamento

6º passo Baixa do material abertura da ODD

D- 112.91.0.0.00 - Desativação em Curso

C- 132.1.1.05 - Maquinas e Equipamentos (em serviço)

7º passo Estoque de Sucata

D- 132.01.1.5.05 - Reintegração (depreciação)

D- 112.71.2.6 - Estoque de Resíduos e Sucatas

C- 112.91.0.0.00 - Desativação em Curso

8º passo Material para Reforma

D- 132.03.1.5.05- Reintegração (depreciação)

D- 132.03.1.9.92- Transformação, Fabricação e Rep. de Materiais

C- 112.91.0.0.00 - Desativação em Curso

9º passo Retorno ao almoxarifado de Obras

D- 132.03.1.5.05- Reintegração (depreciação)

D- 132.03.1.9.94 - Material em deposito

C- 112.91.0.0.00 - Desativação em Curso

10º passo Material para Reforma

D- 132.03.1.5.05- Reintegração (depreciação)

D- 132.03.1.9.92- Transformação, Fabricação e Rep. de Materiais

3.2.2 Materiais

De acordo com o fluxograma de tarefas acima descrito os materiais são retirados do almoxarifado somente através da abertura de Requisições de Materiais sendo que para isso ser necessário também a abertura da ODI aonde o técnico responsável e o Engenheiro elaboram o projeto de obras levantando as quantidades de materiais a serem utilizados na obra, como parâmetro destacou que na CETRIL são abertos anualmente em torno de 450 ODI's. No quadro 1 a relação de material com mais saída do Almoxarifado referente há um mês.

Quadro 1. Comparativo dos Ativos Imobilizados nas ODI's de materiais durante um mês.

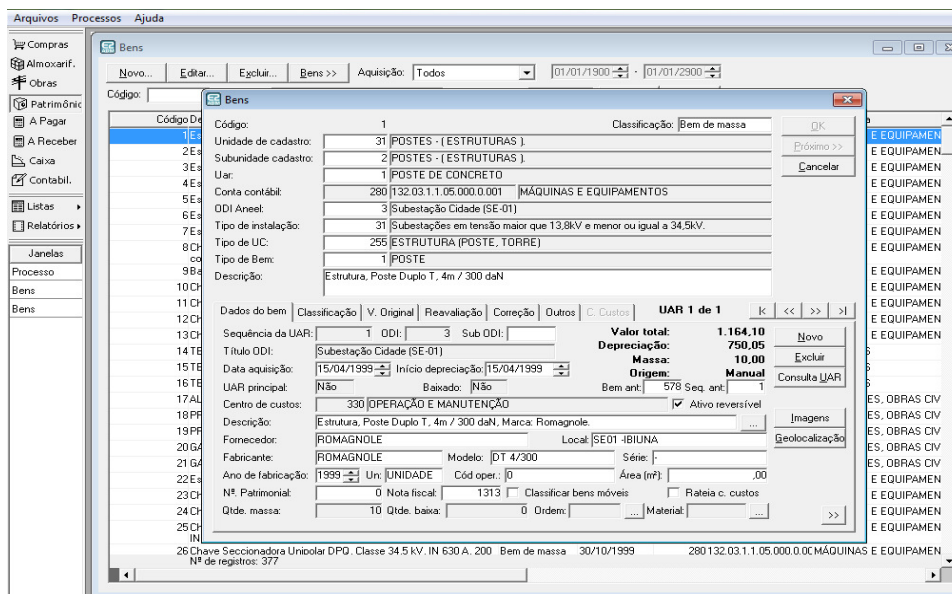
Itens	Quantidade	Valor
Cabo	6.398,03 Kg	R\$ 9.798,95
Chave	3 unid	R\$ 572,34
Medidor	152 unid	R\$ 21.598,02
Poste	93 unid	R\$ 46.100,95
Transformador	22 unid	R\$ 46.553,37

Fonte: elaborada pela autora

3.2.3 Cadastros dos ativos imobilizados na contabilidade

Os bens do Ativo Imobilizado são contabilizados pelo custo médio de estoque, aonde são incluídos outros custos como mão de obra, fretes, serviços de terceiros, etc. e o seu controle e individualização é feita através da Unidade de Cadastro - UC e Unidade Adição e Retirada – UAR e alimentados pelas Ordens de Imobilizações – ODI's, nas respectivas contas contábeis pela data de transferência para o Imobilizado em Serviço, ou seja, no momento do fechamento da ODI, conforme a figura 2.

Figura 2: Características do registro do bem conforme MCPSE na Contabilidade.



The screenshot shows the 'Bens' (Assets) module in the E2ADM system. The main window displays a list of assets on the left and a detailed form for editing an asset on the right. The asset is a 'POSTE DE CONCRETO' (Concrete Pole) with a value of 1,164.10 and a depreciation of 750.05. The form includes fields for classification, acquisition date, and other technical details.

Código	Descrição	Valor	Depreciação
1	POSTE DE CONCRETO	1.164,10	750,05

Fonte: Sistema E2ADM - CETRIL

Sendo assim, a depreciação é calculada pelo método linear tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme o Manual de controle Patrimonial do Setor Elétrico aprovado pela Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos e contabilizados nas contas de outras Receitas/Despesas Operacionais.

3.2.4 Controles do Ativo Imobilizado no Patrimônio.

A empresa controla o seu patrimônio através do registro no Sistema de Mapa de Informação Georeferencial – MIG pela parte física dos bens e pelo registro no Sistema E2Adm no Módulo Patrimônio pela parte quantitativa e contábil dos bens sendo necessária a sua conciliação mensal dos bens entre o Sistema MIG e o sistema E2Adm através do Relatório de Conciliação Patrimonial MIG x ADM. Conforme a figura 3.

Figura 3: Conciliação Patrimonial 367

Coop. de Eletric. de Itiluna e Região 30/11/2012 10:58:48
Página 1 de 1

CONCILIAÇÃO PATRIMONIAL 367
CONFERÊNCIA PATRIMONIAL MIG x ADM

* Os dados desse relatório foram salvos com um ou mais processos pendentes de conclusão no MIG.

				MIG	Quantidade		Diferença MIG		
					Adm	Pendente ODI	Pendente ODI		
Tipo Instalação: 41 - Redes de Distribuição Aérea Rural.									
Tipo UC: 190 - CONDUTOR									
Tipo bem: 2 - CLASSE DE TENSÃO INFERIOR A 69KV									
Material	Isolação	Bitola	Atributos	Nº fases					
2-ALUMÍNIO	1-NÚ	12 - 2/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	6.041,25	6.041,00	0,00	0,00	0,25
2-ALUMÍNIO	1-NÚ	13 - 3/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	60.546,63	60.751,00	0,00	196,30	-5,87
2-ALUMÍNIO	1-NÚ	14 - 4/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	3.673,42	3.674,00	0,00	0,00	-0,58
2-ALUMÍNIO	1-NÚ	23 - 336,4 MCM		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	4.149,20	4.200,00	0,00	50,00	-0,80
3-ALUMÍNIO COMALMA C	1-NÚ	2 - 2 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	123.550,80	123.638,00	265,37	121,60	-230,97
3-ALUMÍNIO COMALMA C	1-NÚ	4 - 4 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	141.737,91	141.870,00	297,89	300,20	-129,78
3-ALUMÍNIO COMALMA C	1-NÚ	6 - 6 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	43.845,35	43.911,00	6,17	13,85	-57,97
3-ALUMÍNIO COMALMA C	1-NÚ	11 - 1/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	247.825,65	248.323,00	190,47	450,20	-237,62
3-ALUMÍNIO COMALMA C	1-NÚ	13 - 3/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	33.018,48	33.020,00	0,00	0,00	-1,52
5-AÇO	1-NÚ	4 - 4 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	4.463,23	4.464,00	0,00	0,00	-0,77
8-AÇO ZINCADO	1-NÚ	56 - Outras bitolas e/ou com		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	18.448,23	17.467,00	549,87	0,00	431,36
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	2 - 2 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	33.495,22	32.604,00	909,00	0,00	-17,78
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	11 - 1/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	18.809,09	18.729,00	0,00	0,00	80,09
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	13 - 3/0 AWG		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	6.935,58	6.935,00	0,00	0,00	0,58
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	45 - 70 MMF		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	21.143,37	18.655,00	1.995,87	0,00	292,50
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	46 - 95 MMF		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	15.916,66	15.924,00	0,00	0,00	-7,14
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	47 - 120 MMF		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	86.483,98	84.058,00	1.232,22	0,00	193,76
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	60 - 1X1X10MMF+10MMF		1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	11.907,19	11.903,00	0,00	0,00	4,19
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	61 - 2X1X10MMF+10MMF		2 - BIFÁSICO	162.125,83	161.880,00	385,33	0,00	-139,50
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	67 - 2X1X25MMF+25MMF		2 - BIFÁSICO	29.901,11	29.609,00	365,63	12,00	-61,52
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	68 - 2X1X35MMF+35MMF		2 - BIFÁSICO	12.395,58	12.396,00	0,00	0,00	-0,42
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	72 - 3X1X10MMF+10MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	1.077,91	1.078,00	0,00	0,00	-0,09
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	74 - 3X1X25MMF+25MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	1.484,09	1.485,00	0,00	0,00	-0,91
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	76 - 3X1X35MMF+35MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	14.239,52	14.188,00	51,75	0,00	-0,23
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	79 - 3X1X50MMF+50MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	10.434,39	10.440,00	0,00	0,00	-5,61
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	83 - 3X1X70MMF+70MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	25.241,99	23.588,00	1.639,71	11,00	25,28
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	84 - 3X1X95MMF+70MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	4.283,50	4.284,00	0,00	0,00	-0,50
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE	85 - 3X1X120MMF+70MMF		3 - TRIFÁSICO / TRIPOLAR	4.221,61	3.901,00	320,97	0,00	-0,36
2-ALUMÍNIO	4-ISOLADO-XLPE			1 - MONOFÁSICO / UNIPOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total nù:					687.300,34	687.359,00	1.309,77	1.134,15	-234,27
Total Isolado:					459.096,82	451.857,00	6.900,48	23,00	362,34

Fonte: Sistema E2ADM - CETRIL

Verificando a imagem acima podemos constatar algumas diferenças entre o Sistema MIG (físico) e o Sistema E2Adm (contábil). Essa diferença acontece pelo arredondamento dos valores, pois no sistema E2Adm só são aceitos números inteiros enquanto que no Sistema MIG os números considerados são fracionados, a outra diferença ocorre pelo fato de que no Sistema MIG os condutores (cabos) são considerados como se estivessem em linha reta, sendo que a catenária do condutor que ocorre entre o vão de um poste para outro é considerada somente no Sistema E2Adm, como exemplo podemos verificar um vão de poste de 100 metros (linha reta), medida considerada no Sistema MIG (físico) e ao considerarmos a catenária desse condutor que ocorre nesse vão a medida passaria a ser de 102 metros, medida considerada no Sistema E2Adm, gerando assim a diferença de 2 metros nesse caso.

A tolerância admitida pelo órgão regulador Aneel é de 2% conforme a alteração 9 do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCSPE.

4. Análises dos Resultados

Toda a elaboração, análise e montagem desse artigo levaram em consideração uma data base (mês) de todos os parâmetros, relatórios e figuras existentes no sistema informatizado da empresa, verificando também que as contas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009 em que aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE

Analisado os processos constatou-se, que os empregados estão trabalhando de acordo, esse processo é dividido por setores, onde a uma pessoa responsável pela Abertura da Ordem de Compra – ODC e a pessoa do almoxarifado são responsáveis pelo seu fechamento assim que chega o material na empresa, já Ordens de Imobilizado- ODI e Ordens de Desativação sendo o departamento técnico responsável pela sua abertura e encerramento das mesmas, os funcionários do setor contábil ficam responsáveis para análise das contas.

Após análise verificou-se o 1º processo utilizado pela empresa para acompanhamento dos registros, é a Ordem de Compra - ODC para acompanhamento e controle de todos os valores do bem adquirido, sendo o primeiro procedimento da empresa para a aquisição dos bens do Ativo Imobilizado.

O segundo processo analisado é o controle e registro de todos os valores que farão parte do total dos custos do bem, sendo registrada em uma ordem de imobilizado - ODI. A empresa tem por regra a abertura de uma ODI para cada projeto (obra) a ser executado facilitando com isso o controle individual de cada projeto sobre todos os custos alocados, em especial sobre a movimentação dos materiais do almoxarifado transferidos para as ODI's individualizados por projeto a ser imobilizado.

O terceiro processo analisado foi para a retirada (baixa) dos bens do Ativo Imobilizado, a baixa ocorre sempre sobre os bens mais antigos (aquisição), apurando todos os custos incorridos nesse processo, transferindo o bem, conforme a sua utilidade, após analisado pelo Engenheiro ou responsável técnico emitindo o Laudo de Desativação, cujo destino poderá ser para material para reparo (reforma/conserto), material para o estoque de Almoxarifado de Sucata ou caso haja a possibilidade de reaproveitamento do material para o estoque de Material em Depósito, todo esse procedimento é feito em uma ordem de desativação - ODD.

Conforme os estudos apresentados nesse artigo, podemos verificar que a empresa utiliza os procedimentos das ordens de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

5. Considerações Finais

Na pesquisa foi possível verificar a importância da correta contabilização dos bens do Ativo Imobilizado, que pode vir a acarretar, prejuízo financeiro no caso de uma contabilização em uma conta de despesa visto que o valor dos Bens Reversíveis é parte importante na base de cálculo do custo da tarifa caso a empresa passe por uma Revisão Tarifária.

Assim vimos que em um sistema informatizado como no exemplo da empresa pesquisada um erro de parâmetro pode acarretar em prejuízos irreparáveis, prejudicando não somente a empresa, mas todo o sistema em geral, principalmente a parte mais interessada de todo o processo que é o nosso cooperado/consumidor.

Neste artigo verifica que a empresa está contabilizando de forma correta todos os seus bens do Ativo Imobilizado conforme instruções do órgão regulador – ANEEL em especial à Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009 em que aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

O Ativo imobilizado é a maior base para cálculo da remuneração da tarifa, ou o principal item. E que o devido controle do imobilizado tem impacto direto na tarifa, conseqüentemente no equilíbrio econômico e financeiro entidade. Sugere-se o estudo sobre Mobilizado em Curso e Material em depósito

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA – A ANEEL. **Dispõe sobre o MCPSE-Manual de controle patrimonial do setor elétrico.** Brasília, 03 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43>. Acesso em: 05/10/2012

____B-ANEEL. Dispõe sobre o **MCSE-Manual de contabilidade do setor elétrico.** Brasília, 03 de julho 2009. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43. Acesso em: 05/10/2012.

____C-ANEEL. Dispõe sobre o **MCSE-Manual de contabilidade do setor elétrico.** Alterações, versão 9
http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/arquivos/Altera%C3%A7%C3%B5es_no%20MCPSE-v9.pdf

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 45-63, p. 117-125.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et. al – A. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: 2010. p. 245-246.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et. al – B. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: 2010. p. 222.

IUDÍCIBUS, Sergio de; Marion, José Carlos - **Contabilidade comercial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 196.

SÁ, Nívea Vasconcelos de Almeida; et. al. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Roque. 2012: 90.p. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque.